

**O TRABALHO COMO DISPOSITIVO DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL:
PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS EM UM CAPS DA REGIÃO
METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA/SP
ODS 3 e 8**

Marcos Salles de Oliveira (Universidade de Taubaté)
Prof.^a Dr.^a Elisa Maria Andrade Brisola (Universidade de Taubaté)
Prof. Dr. Régis de Toledo Souza (Universidade de Taubaté)

Introdução

A partir da década de 1970, a Luta Antimanicomial Brasileira surge acompanhando movimentos sociais e de luta por direitos, atinentes ao processo de redemocratização. Neste contexto, desabrocharam-se férteis questionamentos acerca de saberes, práticas e poderes relacionados à assistência em saúde mental (Lobosque, 2020).

Neste passado recente, os hospitais psiquiátricos brasileiros ocupavam cerca de 20% de todos os leitos do sistema público de saúde, a maioria em hospitais privados conveniados ao poder público. A assistência de saúde prestada foi marcada pela cronificação, abandono, elevado número de mortes e pelo lucro dos hospitais, o que se convencionou chamar de “a indústria da loucura” (CESMG; CNS, 2018).

Ao final dos anos de 1980 e início de 1990, começaram a surgir os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços estratégicos na operacionalização do cuidado em saúde mental a partir de uma ética antimanicomial, transversalizada pelos Direitos Humanos. Em 2001, foi sancionada a Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril, que instituiu a Política Nacional de Saúde Mental e uma década depois foi publicada a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, instituindo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2001; 2011). O Artigo nº 4º, da referida Portaria, dispõe que é, entre outros, objetivo da RAPS:

IV - Promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária (Brasil, 2011).

Dentre avanços e retrocessos, reformas e contrarreformas, a inclusão social das pessoas com transtornos mentais na sociedade, de forma que as singularidades possam se expressar, apresenta-se como um desafio que perdura na Política de Saúde Mental Brasileira. Em relação ao trabalho, os desafios relacionam-se ao

modelo vigente de produção capitalista que classifica e exclui do mercado de trabalho os sujeitos considerados inaptos ou improdutivos (Martins *et al.*, 2018).

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral: compreender as percepções de profissionais de um CAPS de um município de médio-porte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba/SP acerca do trabalho como dispositivo de reabilitação psicossocial. Justifica-se pela necessidade permanente de a prática profissional em políticas públicas revisitar conceitos e promover cuidados que atendam às necessidades contextuais e do momento histórico nos quais se inscreve.

Revisão da Literatura

Para esta seção foram definidas três categorias de análise para delimitar o estudo, conforme os objetivos da pesquisa: 1. A História da Política de Saúde Mental Brasileira: Campos (1998), CESMG; CNS (2018), Lobosque (2003; 2020), Brasil (2002; 2005; 2011; 2017; 2023), CFP (2022), Amarante (2005); 2. O conceito de Reabilitação Psicossocial proposto por Benedetto Saraceno: Saraceno (2001), Guerra (2004); e 3. O Dispositivo Trabalho: Saraceno (2001), Santiago; Yasuí (2011), Netto; Braz (2012), Lessa (2007).

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2010), transversal (Coutinho, 2014) e uso da Metodologia História Oral (Portelli, 1997; Meihy; Holanda, 2007).

Utilizar-se-á como instrumento de pesquisa a entrevista em profundidade guiada por um roteiro (Minayo, 2010). Serão entrevistados até 10 (dez) profissionais com escolaridade de nível superior em psicologia, serviço social, terapia ocupacional, enfermagem e/ou medicina. Objetivando-se trabalhar com uma amostra representativa em termos de diversidade profissional.

A análise de dados será realizada pela Técnica da Triangulação (Marcondes; Brisola, 2014).

Resultados ou Resultados Esperados

Espera-se alcançar os objetivos geral e específicos propostos, socializar os achados da pesquisa em eventos periódicos científicos e contribuir para a qualificação do serviço público de saúde mental em seu território de abrangência.

Conclusões ou Considerações Finais

Espera-se que tal pesquisa contribua com a produção científica sobre o tema e com o aprimoramento da Política de Saúde Mental em âmbito local.

Referências

AMARANTE, Paulo (Coord.). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2005.

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília. 2001.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n° 336, de 19 de fevereiro de 2002. Portaria que define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Dapes. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n° 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n° 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação n° 3 e n° 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS N° 757, de 21 de junho de 2023. Revoga a Portaria GM/MS N° 3.588, de 21 de dezembro de 2017, e dispositivos das Portarias de Consolidação GM/MS n. 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, e repristina redações. Brasília, 2023.

CAMPOS, César Rodrigues. Cidadania, Sujeito, Cersam e Manicômios. In: **Metipolá Revista do CERSAM-Leste**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 1998. Disponível em:

<<http://www.pbh.gov.br/smsa/biblioteca/concurso/cidadania.pdf>>. Acesso em: 30 Abr. 2025.

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS; CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CESMG; CNS). **Comentários acerca da Portaria n° 3.588, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Saúde**: alerta sobre os graves retrocessos da Reforma Psiquiátrica Brasileira em tempos sombrios. Belo Horizonte, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial / Centro**

de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - ed. rev. - Brasília: CFP, 2022.

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. 2. ed. [S.l.]: ALMEDINA, 2014.

GUERRA, Andréa Máris Campos. Reabilitação psicossocial no campo da reforma psiquiátrica: uma reflexão sobre o controverso conceito e seus possíveis paradigmas. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, n. 2, p. 83–96, jun. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/ZTzkJDdgNG9hdFngVbrjdJx/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 29 jun. 2025.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez; 2011.

LOBOSQUE, Ana Marta. Loucura, ética e política: algumas questões de ordem da luta antimanicomial. *In*: Conselho Federal de Psicologia, organizadores. **Loucura, ética e política**: escritos militantes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. **Intervenções em saúde mental**: um percurso pela reforma psiquiátrica brasileira. São Paulo: Hucitec, 2020.

MARTINS, Amanda Oliveira *et al.* Trabalho como estratégia de reabilitação social: desafios e potencialidades de uma oficina de trabalho. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 17, n. 2, p. 51-61, 2018. Disponível em: <https://www.revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/287/290>. Acesso em 30 jun. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, , jul.2014. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228/210>. Acesso em: 24 jun. 2025.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n.14, p.25-39, fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/11233/8240>. Acesso em: 25 de jun. 2025.

SANTIAGO, Eneida; YASUÍ, Silvio. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental: trajetória histórica e reflexões sobre sua atual utilização. **Revista de Psicologia da UNESP**, 10(1), 195-210, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/931b3b1f-c979-4a94-8392-16d36063d16b/content>. Acesso em: 25 de ago. 2025.

SARACENO, Benedetto. **Libertando Identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 2001.